

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3º-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

1- [ATAS](#)

- 1.1- Reunião Solene Destinada ao Encerramento da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 12ª Legislatura
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
-

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DESTINADA AO ENCERRAMENTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA, EM 30 DE DEZEMBRO DE 1994

Presidência da Deputada Maria Olívia

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - **Ata - ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h45min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Rêmoló Aloise - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Antônio Pinheiro - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Célio de Oliveira - Cássimo Freitas - Geraldo Rezende - Hely Tarquínio - Homero Duarte - João Batista - João Marques - Jorge Eduardo - José Braga - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Olívia - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Wilson Pires.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - Declaro aberta a reunião. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O **Deputado Homero Duarte**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se a reunião ao encerramento da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 12ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

A Sra. Presidente - Convido os presentes a ouvir, de pé, a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Declaração de Encerramento

A Sra. Presidente - Convido os presentes a ouvir, de pé, a declaração de encerramento. Declaro encerrada a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 12ª Legislatura.

Suspensão da Reunião

A Sra. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos, por 5 minutos, para que se lave a ata. Estão suspensos os trabalhos.

Reabertura da Reunião

A Sra. Presidente - Está reaberta a reunião. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata.

Ata

O Deputado Homero Duarte, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

ENCERRAMENTO

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados e a encerra. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às nove horas e quinze minutos do dia onze de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Márcio Miranda, Maria Olívia e Hely Tarquínio, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; Cássimo Freitas, Francisco Ramalho e Marcos Helênio (substituindo este à Deputada Maria José Haueisen, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer. Encontra-se presente, também, o Deputado Roberto Carvalho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cássimo Freitas, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Francisco Ramalho que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente esclarece que a reunião tem por finalidade a discussão sobre a conversão das mensalidades escolares em URV e sobre os abusos de preços verificados nessa conversão com autoridades de órgãos ligados aos interesses do consumidor e da educação. A Presidência verifica a presença dos seguintes convidados: Srs. Antônio Joaquim Fernandes Neto, Promotor de Justiça Especializada em Defesa do Consumidor, representante do Sr. Castellar Modesto Guimarães Filho, Procurador-Geral de Justiça; Maria Lúcia Scarpelli dos Santos, Coordenadora do PROCON-BH; Iedyr Bambilra, Presidente da Federação de Associações de Pais e Alunos do Estado de Minas Gerais; Lúcia Pacífico Homem, Presidente do Movimento das Donas-de-Casa. A Presidência concede a palavra, inicialmente, ao Deputado Roberto Carvalho para discorrer sobre o objetivo da reunião. A seguir, os convidados usam da palavra para fazerem suas explanações, quando discutem práticas abusivas cometidas pelas escolas particulares, a importância da revogação da Lei nº 8.170, de 1991, a atuação do Ministério Público junto ao Poder Judiciário na questão das mensalidades e de assuntos de política educacional. Abre-se amplo debate entre os presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Terminados os debates, o Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento em que solicita o envio de cópias das notas taquigráficas desta reunião conjunta ao Presidente Itamar Franco e aos Presidentes das Assembléias Legislativas Estaduais, para conhecimento das práticas abusivas cometidas pelas escolas privadas. Submetida a votação, é aprovada a proposição. O Presidente, Deputado Cássimo Freitas, solicita sejam também remetidas cópias das notas taquigráficas ao Sr. Castellar Modesto Guimarães Filho, Procurador-Geral de Justiça, para as devidas diligências e, nos termos regimentais, passa a Presidência ao Deputado Marcos Helênio. Colocada em votação, é aprovada a proposição. O Deputado Cássimo Freitas reassume a direção dos trabalhos e suspende a reunião por 5 minutos, para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Hely Tarquínio que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos Deputados presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1994.

Cássimo Freitas, Presidente - Marcos Helênio - Márcio Miranda - Maria Olívia - Hely Tarquínio - Francisco Ramalho - Roberto Carvalho.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Márcio Miranda e Antônio Genaro, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Márcio Miranda que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A seguir, a Presidente lê correspondência enviada pela Secretaria do Trabalho e Ação Social e pela OAB, Seção de Minas Gerais, em que se prestam informações solicitadas por esta Comissão. A Presidência passa a discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Antônio Genaro apresenta requerimento em que pede sejam solicitadas informações ao Corregedor-Geral de Polícia sobre a apuração da operação policial ocorrida no dia 28/10/94, no Km 172 da BR-381, próximo à fábrica da CENIBRA, que ocasionou a morte de um dos passageiros, Wilson da Silva Gomes. O Deputado Antônio Genaro também apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão no

Município de Ipatinga, destinada a ouvir convidados, com vistas à apuração de denúncias de abusos de autoridades praticados por policiais civis. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados esses requerimentos. A Deputada Maria José Haueisen apresenta requerimento em que pede se solicitem informações ao Corregedor-Geral de Polícia sobre o número de sindicâncias e inquéritos administrativos abertos na região metropolitana, no período de janeiro de 1992 a agosto de 1994; o resultado das sindicâncias concluídas e a posição das sindicâncias em andamento; a especificação das sindicâncias por delegacia, com vistas à apuração de denúncias de torturas e maus-tratos praticados por policiais. A Deputada Maria José Haueisen apresenta, ainda, requerimento em que solicita a realização de audiência pública no Município de Alfenas, destinada a ouvir convidados, com vistas à apuração de denúncias de abusos de autoridade praticados por policiais militares naquela cidade. Na fase de votação, a Deputada Maria José Haueisen, em virtude de ser a autora desses requerimentos, passa a Presidência ao Deputado Márcio Miranda, que submete a votação as proposições mencionadas, que são aprovadas. Reassumindo a Presidência, a Deputada Maria José Haueisen passa a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia, a saber: o Deputado Márcio Miranda, relator do Projeto de Lei nº 1.986/94, no 1º turno, emite parecer pela aprovação da proposição. Submetida a discussão e votação, é a proposição aprovada. O Deputado Antônio Genaro, relator do Requerimento nº 5.405/94, emite parecer pela aprovação da proposição, que, após submetida a votação, é aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidente agradece a presença dos Deputados, convoca-os para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de dezembro de 1994.

Maria José Haueisen, Presidente - Hely Tarquínio - Márcio Miranda - Geraldo Rezende.

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Adelmo Carneiro Leão (substituindo aos Deputados Antônio Júlio e Ivo José, respectivamente, por indicação das Lideranças do BRD e do PT), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Wilson Pires e Arnaldo Canarinho, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; José Renato, João Marques, Sebastião Costa e Adelmo Carneiro Leão (substituindo este ao Deputado Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos e informa aos parlamentares que a reunião se destina a apreciar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.216/94 do Deputado Clêuber Carneiro, que altera a Lei nº 7.373, de 3/10/78, que dispõe sobre legitimação e doação de terras devolutas do Estado em zona urbana ou de expansão urbana; 2.224/94, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR - e dá outras providências; e 2.225/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal. A seguir, o Presidente solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O parlamentar passa à leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade da matéria. O Deputado Wilson Pires emite parecer favorável à aprovação da matéria, assim como o Deputado José Renato emite parecer pela aprovação do projeto. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Em seguida, passa-se à leitura dos pareceres sobre o Projeto de Lei nº 2.224/94. O Deputado Geraldo Rezende, relator pela Comissão de Constituição e Justiça, emite parecer mediante o qual conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto. Pela Comissão de Agropecuária e Política Rural, o Deputado Arnaldo Canarinho emite parecer pela aprovação da matéria, e, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Deputado João Marques profere seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da proposição. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Em seguida, passa-se à leitura dos pareceres sobre o Projeto de Lei nº 2.225/94. O Deputado Ermano Batista procede à leitura do seu parecer, pelo qual conclui pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade da matéria. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Adelmo Carneiro Leão faz uso da palavra para comunicar que está encaminhando ao Plenário requerimento em que pede seja esse projeto anexado ao Projeto de Lei nº 2.088/94, da Comissão de Agropecuária e Política Rural, por entender que o estudo conjunto de ambos pode contribuir de maneira mais eficaz e mais efetiva para o controle sanitário e o controle da saúde animal. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir, o Deputado Arnaldo Canarinho emite parecer favorável à aprovação da matéria. Fazem uso da

palavra para discutir o parecer da Comissão de Agropecuária e Política Rural os Deputados Geraldo Rezende, Wilson Pires e Arnaldo Canarinho, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Geraldo Rezende externa sua preocupação sobre a irresponsabilidade do Estado quanto à falta de inspeção sanitária e solicita que suas palavras fiquem registradas nos anais da Casa. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado João Marques faz a leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de dezembro de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Antônio Júlio - Roberto Amaral - Geraldo Rezende - Antônio Carlos Pereira - Péricles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos - Jaime Martins - Agostinho Patrus - Maria Elvira.

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quinze minutos do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Hely Tarquínio e Glycon Terra Pinto, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Glycon Terra Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se a discussão e votação de proposição da Comissão. O Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública com representantes de sociedade civil para tratar de assuntos relativos à infra-estrutura de bairros do Município de Mateus Leme. O Deputado Glycon Terra Pinto assume a direção dos trabalhos e coloca em votação o requerimento, que é aprovado. O Deputado Marcos Helênio reassume a Presidência e suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata de encerramento dos trabalhos. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Hely Tarquínio que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Nada mais havendo a ser tratado e cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e encerra os trabalhos desta Comissão na 12ª Legislatura.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1994.

Marcos Helênio, Presidente - Hely Tarquínio - Glycon Terra Pinto.

ATA DA 52ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e trinta minutos do dia seis de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Geraldo Rezende, Francisco Ramalho e Arnaldo Canarinho (substituindo os dois últimos aos Deputados Antônio Pinheiro e Célio de Oliveira, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Roberto Amaral, Jaime Martins, Antônio Carlos Pereira (substituindo este ao Deputado Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT) e Márcio Miranda (substituindo o Deputado João Marques, por indicação da Liderança do PP), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Na ausência do Presidente, o Deputado Jaime Martins assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que essa reunião se destina a apreciar os pareceres para o 1º turno das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária sobre o Projeto de Lei nº 2.241/94, que autoriza o BEMGE a constituir as empresas que menciona, de autoria do Governador do Estado. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à deliberação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende emite parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.241/94. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Roberto Amaral emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto acima mencionado na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado pelos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 1994.

Antônio Júlio, Presidente - Geraldo Rezende - Péricles Ferreira - Sebastião Costa - Francisco Ramalho - Wanderley Ávila - Ajalmar Silva.